

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.384 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 2001



A renovação da concessão da Rede TV!, que teve como relator Pedro Piva (ao microfone), gerou debates no Plenário

## Falsificador de obra de arte pode ter pena ampliada

Senado aprova projeto que reprime com rigor imitação com objetivo fraudulento

Imitar ou adulterar obras de arte pode resultar em reclusão de dois a seis anos, além de multa. A pena é prevista em projeto aprovado ontem pelo Senado e que será agora examinado pela Câmara. Depois de debates no Plenário, os senadores acabaram projeto de resolução que renova concessão da Rede TV!

PÁGINA 3



Althoff (E), relator da CPI, apresenta requerimentos a Álvaro Dias e pede a audiência do presidente da Federação Paulista

## CPI do Futebol quebra sigilo de dirigente paulista

PÁGINA 5

## MINISTRO NO SENADO

### Brasil lidera campanha contra protecionismo dos países ricos

O Brasil prepara-se para liderar movimento internacional contra o protecionismo praticado pelos países ricos, anunciou na Comissão de Assuntos Econômicos o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral.

Suassuna e Alcântara ao lado de Sérgio Amaral (D)



PÁGINA 8

## CRISE DAS UNIVERSIDADES

1

**Valadares pede ação do MP para acabar com a greve**

2

**Situação no Paraná é "dramática", alerta Álvaro**

3

**Mozarildo aponta guerra de mercado das particulares**



Heloísa Helena apresenta seu relatório ao Conselho de Ética do Senado. Votação está prevista para a próxima quinta-feira

## Relatório de Heloísa pede processo contra Luiz Otávio

PÁGINA 5

PÁGINA 7

## BALANÇO DA SEMANA

# Decisão melhora condições de trabalho no campo

O Plenário aprovou nesta semana projeto que ajudará a melhorar as condições de trabalho nas áreas rurais do país. A proposta de emenda à Constituição, apresentada pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), prevendo a expropriação de terras onde houver trabalho escravo foi aprovada por unanimidade pelos senadores. Os donos das propriedades não serão indenizados e a terra será destinada a programas de reforma agrária.

A proposta ainda será votada em segundo turno. Em seguida, o Senado a encaminhará à Câmara para apreciação dos deputados. O relator da proposta foi o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que rejeitou uma emenda destinada a excluir das punições o proprietário nos casos em que a terra estiver arrendada. Segundo Tuma,

donos de fazendas poderiam usar "laranjas" para escapar da expropriação.

## POLONETAS

A semana que passou teve também a autorização do Senado para que o governo receba antecipadamente, com deságio, crédito de US\$ 3,4 bilhões que o Brasil tem com a Polônia – as conhecidas "polonetas". Essa dívida foi renegociada entre os dois países em 1992 e ficou acertado que, se houvesse interesse brasileiro, os bônus da dívida polonesa poderiam ser recebidos antes do tempo. No entanto, eles teriam de ser negociados no mercado internacional, com os descontos vigentes.

O ministro da Fazenda susten-



No decorrer da semana o Plenário também autorizou o governo a receber antecipadamente, com deságio, crédito de US\$ 3,4 bi que o Brasil tem com a Polônia

to que, devido à valorização dos títulos da dívida polonesa no mercado, será vantajoso ao Brasil antecipar o seu recebimento. Após intenso debate, foi aprovada emenda da senadora Heloísa

Helena (PT-AL) destinando, a projetos das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, 90% do valor que o Brasil vier a receber na operação.

Durante a semana, os senado-

res discutiram longamente no Plenário a greve nas universidades federais. Também foram debatidos os problemas provocados pelo terrorismo internacional. O líder governista, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), relatou as medidas tomadas pelo governo contra eventuais casos de antraz. Cinco hospitais estão preparados nas principais capitais para atendimento de pessoas com suspeita de contaminação biológica, informou o líder.

## REDE TV!

O Plenário também aprovou a renovação de funcionamento de várias emissoras de rádio e televisão, entre elas a Rede TV!, antiga Rede Manchete de Televisão. Esta renovação gerou polêmica, por causa das dívidas trabalhistas junto a ex-funcionários da Rede Manchete.

## País deve ter nova legislação para combater uso e tráfico de drogas

Entre os vários projetos de lei aprovados nesta semana pelas comissões do Senado, o destaque é a nova legislação para combater o uso e o tráfico de drogas no país. A proposta aprovada terça-feira pela Comissão de Educação prevê tratamento diferenciado entre usuário de entorpecentes e traficante de drogas.

O projeto estabelece que a pessoa apanhada com pequena quantidade de droga para consumo próprio poderá cumprir pena alternativa, como trabalhos comunitários. O traficante, no entanto, será tratado com maior severidade pela lei – ele poderá pegar até 15 anos de cadeia, perder seus bens e ainda ser multado.

O texto aprovado é o substitutivo que o senador Ricardo Santos (PSDB-ES), presidente da Comissão de Educação, apresentou a projeto oriundo da Câmara. Antes de a proposta seguir para vo-



Substitutivo de Ricardo Santos ao projeto da nova lei antidrogas foi aprovado terça-feira pela Comissão de Educação

tação em Plenário, os integrantes da comissão vão apreciar algumas emendas apresentadas pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), o que ocorrerá nos próximos dias.

Outras comissões também votaram projetos de grande repercussão. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na quarta-feira várias

mudanças na lei eleitoral, entre elas multas de até R\$ 15.961 para quem fizer propaganda de boca-urna no dia das eleições. Hoje, a lei prevê apenas detenção de seis meses a um ano. Também foi aprovado projeto que obriga a retirada de outdoors e de propaganda em prédios nos 30 dias que antecedem o pleito.

A Comissão de Assuntos Sociais discutiu longamente projetos do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) e da senadora Marluce Pinto que garante às trabalhadoras, inclusive domésticas, o direito à licença-maternidade por 120 dias quando adotarem crianças de até 5 anos de idade. Elas também terão direito ao salário-maternidade.

## DÍVIDA MOBILIÁRIA

Por sua vez, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) rejeitou projeto que autorizava o refinanciamento das dívidas mobiliárias dos estados e municípios constituídas entre 1994 e 1999. O autor da proposta, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), argumentou que os governos estão "asfixiados" diante do compromisso de repassar à União 13% de suas receitas líquidas para pagar dívidas assumidas pelo governo federal.

Na terça, a Comissão Mista de Orçamento votou o relatório preliminar sobre o Orçamento da União para o próximo ano. O relator-geral, deputado Sampaio Dória (PSDB-SP), alegando falta de dinheiro, não mexeu nos reajustes que o governo prevê para o salário mínimo (5,97%) e para o funcionalismo público federal (3,5%) no próximo ano.

Apesar disso, deputados e senadores vão estudar até o fim de novembro a previsão de receitas do governo e a possibilidade de encontrar alguma arrecadação nova e permanente para aumentar os reajustes previstos.



## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 2001

### PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona  
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Morais, e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Emilia quer rejeitar veto a Sociologia e Filosofia

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) dirigiu apelo ontem aos senadores e deputados para que façam valer a vontade do povo e dos estados representados, derubando o veto do presidente da República ao projeto que torna obrigatória a inclusão das disciplinas de Sociologia e Filosofia no currículo do ensino médio.

Para a senadora, o Congresso Nacional atendeu à sociedade ao aprovar a matéria, “enquanto Fernando Henrique mostrou-se insensível ao vetá-la”. Segundo Emilia, não é apenas a circunstância de o atual presidente da República ser um sociólogo que torna o veto “inadmissível”, mas também as razões alegadas.

O argumento usado por Fernando Henrique para vetar o projeto foi o de que o sistema educacional público não dispõe de professores para aquelas disciplinas e a contratação deles iria onerar as finanças públicas. Além disso, segundo informação da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, explicitada no veto, não haveria no país formação suficiente de tais profissionais para atender à demanda que adviria caso fosse sancionado o projeto, disse a senadora.



Emilia contestou argumentos do veto presidencial

No entanto, segundo Emilia Fernandes, a alegação do presidente da República é contestada pelos depoimentos do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Carlos Abicali, e do presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia, Antônio Prado.

Emilia afirmou que, ao qualificar o projeto de “contrário ao interesse público”, o presidente Fernando Henrique “deserve a nacionalidade, por se assentar sobre falsas premissas e por privar o pensamento nacional da reflexão crítica, promovendo um verdadeiro apagão cultural”. Ela comentou que tanto a justificativa do projeto original do deputado Padre Roque (PT-PR) como a do relatório oferecido pelo senador Álvaro Dias (PDT-PR) representam uma correta defesa da proposição.

# Falsificador de obra de arte poderá ter punição rigorosa

Projeto de lei aprovado pelo Plenário incumbe ao Ministério da Cultura registro e fiscalização das obras de arte. Matéria vai à Câmara

O Plenário aprovou ontem projeto de lei com o objetivo de prevenir e reprimir com maior rigor a falsificação de obras de artes visuais. O texto, que é um substitutivo do senador Francelino Pereira (PFL-MG) a projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA), segue agora para a análise da Câmara dos Deputados.

O projeto determina que o Ministério da Cultura deverá instituir um grupo de especialistas encarregado do registro, da fiscalização e da análise de peças artísticas, atuando também na prevenção e na identificação do crime de falsificação, com a respectiva indicação da pena. Entre as obras de arte protegidas pela proposta estão pinturas, desenho, escultura, gravura, ilustrações, cartas geográficas, proje-



De autoria de Edison Lobão, projeto recebeu substitutivo de Francelino Pereira

tos e obras de engenharia, arquitetura, paisagismo e ciência, além de fotografia.

O substitutivo preserva a intenção de Edison Lobão de aumentar a punição por infrações nessa área. Aquele que imitar ou al-

terar com fraude obra de arte visual deverá ser punido com pena de reclusão de dois a seis anos, mais multa. A mesma pena pode ser aplicada a quem defraudar ou falsificar a assinatura de autor de obra de arte visual imitada ou alterada com fraude.

Quanto àqueles que colocarem a venda ou permuta, exportarem arte visual imitada ou alterada com fraude estarão sujeitos à pena de reclusão de um a cinco anos, além de multa. Ainda de acordo com o texto do substitutivo, a autoridade competente poderá instaurar processo para cassação de autorização ou alvará de comercialização de obras de artes visuais, quando houver indícios de crime nas obras comercializadas.

## Gratuidade de água para carente tem votação adiada

Projeto que estabelece a gratuidade no fornecimento de água para famílias com consumo igual ou inferior à cota mensal mínima, de autoria do senador Paulo Hartung (PSB-ES), será submetido a análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para depois retornar à pauta do Plenário. O senador Romero Jucá (PSDB-RR) defendeu o adiamento da votação, que estava prevista para ontem, com o argumento de que o projeto precisa ser melhor discutido, especialmente no momento em que o Congresso debate a possibilidade de privatização do setor de saneamento.



Projeto de Paulo Hartung será examinado pela CAE

A proposta estabelece que as companhias de saneamento devem promover a progressividade das tarifas para que os usuários com maior consumo subsidiem os que gastam menos. Além disso, confere ao Ministério da Saúde competência para definir a cota mínima mensal de água para consumo unifamiliar. Essa quota será gratuita e imune a corte de fornecimento, mesmo com inadimplência.

Durante a discussão do requerimento de Jucá, o senador Osmar Dias (PDT-PR) disse ser favorável a uma discussão mais intensa da matéria na CAE, mas pediu que o projeto seja apreciado com rapidez naquela comissão e volte rapidamente ao Plenário. Osmar Dias pediu ainda que a CAE examine projeto de sua autoria proibindo a cobrança de taxa mínima para consumo de energia elétrica. Ambos os projetos favorecerão a população mais pobre, destacou.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou que o projeto de Hartung é complexo e precisa ser melhor discutido. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) destacou a importância da matéria para as camadas mais pobres. Já o senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse que o governo adiou a votação porque pretende privatizar o setor.

A matéria já havia sido aprovada, em caráter terminativo, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), mas foi enviada ao Plenário em razão de recurso. A proposta também passou pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

## Senado renova concessão da Rede TV!

A TV Ômega Ltda. — entidade mantenedora da Rede TV!, sucessora da Rede Manchete de Televisão — teve renovada por quinze anos a concessão para a exploração de emissoras de televisão nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo. A renovação é retroativa a 20 de agosto de 1996 e foi aprovada por 40 votos. Votaram contra oito senadores e houve ainda cinco abstenções.

O relator da proposta, senador Pedro Piva (PSDB-SP), disse que o problema dos passivos trabalhistas remanescentes da Rede Manchete está sob a análise da Justiça e não poderia ser discutido juntamente com a renovação. A mesma opinião foi externada pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), para quem “a questão trabalhista não tem nada a ver com a concessão”.

Outros senadores chamaram a atenção para os prejuízos a que estariam sujeitos os atuais funcionários da Rede TV!, caso não fosse aprovada a renovação.

— Analisar a concessão sem de-



Pedro Piva disse que passivo trabalhista remanescente da Rede Manchete está na Justiça e não poderia ser discutido juntamente com a renovação

fender os direitos trabalhistas é ato de extrema covardia, mas negar a concessão é um ato de temeridade. Nada ganhariam os ex-funcionários da Rede Manchete com isso e ainda seriam prejudicados os atuais 1,2 mil funcionários — disse o Senador Roberto Requião (PMDB-PR).

Os senadores Geraldo Cândido (PT-RJ) e Heloísa Helena (PT-AL) questionaram aspectos jurídicos da transferência da concessão da Rede Manchete para a TV Ômega. Segundo Cândido, o processo foi inconstitucional, uma vez que a Constituição não prevê a transferência de concessões públicas.

## Autorizado funcionamento de tevê educativa em SC

A Fundação Osny José Gonçalves, de Rio do Sul (SC), poderá explorar pelos próximos dez anos serviços de televisão de caráter exclusivamente

educativos. A proposta, relatada favoravelmente pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado.

# Gilvam aponta crescimento da violência no Amapá

Senador afirma também que país vive estado de guerra civil não declarado, em decorrência do aumento da exclusão social

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) analisou ontem as causas do aumento da violência no país, que, afirmou, supera em número de vítimas conflitos como a Guerra dos Balcãs e lutas étnicas na África. Na avaliação do senador, o Brasil vive um estado de guerra civil não declarado, provocado pela deterioração dos indicadores sociais e pelo aumento da exclusão social.

Esse quadro, avalia o senador, é agravado pela inação de algumas autoridades. Ele acusa especificamente o governador de seu estado, João Capiberibe, a quem considera incapaz de resolver o problema, por estar envolvido em "diversos escândalos de superfaturamento de obras públicas".

Dados da polícia do Amapá e do IBGE, citados por Gilvam, indicariam, entre 1999 e 2000, elevado crescimento no número de ocorrências policiais.

— Mesmo diante desse clima, a segurança da população é encarada pelo governador como assunto secundário. Basta dizer que as verbas destinadas à segurança pública são inferiores ao orçamento do Gabinete Civil e da área



Segundo Gilvam, segurança é encarada como assunto secundário pelo governador do Amapá

de publicidade do governo — disse Gilvam, acusando Capiberibe de não aplicar devidamente recursos de mais de R\$ 7 milhões do governo federal enviados para suprir as necessidades da área de segurança.

Gilvam Borges solicitou que o Senado envie ao Ministério da Justiça e ao Tribunal de Contas da União pedido de informações sobre a aplicação pelo governo do Amapá dos recursos públicos repassados pela União.

Em aparte, o senador Lindberg Cury (PFL-DF) elogiou a preocupação de Gilvam com a questão da violência. Lindberg disse que em Brasília o problema tem se

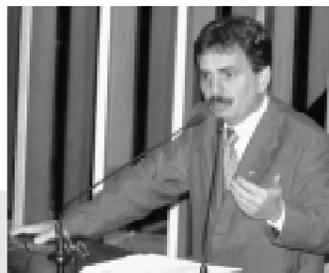
agravado pelo fato de a cidade se constituir em pólo de atração no interior do país. Como consequência, o Distrito Federal tem hoje uma população de 2 milhões de habitantes — a previsão quando da construção de Brasília era de 500 mil pessoas no ano 2000.

— O resultado é que a estrutura de educação e saúde da cidade não consegue atender a esta população — disse o senador.

DEFESA

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) defendeu o governador João Capiberibe. Ele disse que o governador, também integrante do PSB, tem recebido a aprovação da população do Amapá. "Capiberibe já foi prefeito de Macapá, elegeu o seu sucessor, se reelegeu para o governo do estado e é um dos governadores mais conceituados do país", frisou Ademir, para quem as acusações decorrem de interesses que Capiberibe teria contrariado.

Gilvam Borges desqualificou a defesa feita por Ademir, a quem acusou de não ter autoridade moral para falar em nome do povo amapaense. "Convido o senador a conhecer de perto a incompetência que é o governo Capiberibe", disse.



Ademir Andrade defende mais recursos para que sejam concluídas as eclusas de Tucuruí

Santarém-Cuiabá necessita de R\$ 156 milhões, conforme a previsão, foram incluídos apenas R\$ 25 milhões.

Ele também se referiu à conclusão das eclusas da hidrelétrica de Tucuruí, que necessita de R\$ 180 milhões, mas que foi contemplada na previsão original do orçamento, feita pelo Poder Executivo, com apenas R\$ 70 milhões.

— Caberá à bancada, sem o auxílio do governador, lutar pela complementação para que essas obras sejam finalizadas — concluiu Ademir Andrade.

Osmar Dias: jornal afirma que deputados da situação querem se beneficiar com recursos públicos



## Osmar teme privilégio a governistas no Paraná

O senador Osmar Dias (PDT-PR) registrou ontem no Plenário do Senado reportagem publicada no jornal *Gazeta do Povo* segundo a qual a bancada governista de deputados estaduais pretende que o governo do Paraná não repasse mais recursos para as prefeituras de oposição. Se isso ocorrer, afirmou o senador, estarão sendo cometidos um "crime de responsabilidade" e uma "agressão ao povo paranaense". De acordo com a reportagem, entre os repasses que ficariam em mãos de políticos governistas, estaria o relativo a 30% do valor de venda da Companhia Paranaense de Energia (Copel), cujo leilão está previsto para o próximo dia 31.

Para Osmar, trata-se de uma forma criminosa de aliciar prefeitos e privilegiar a bancada de deputados que apoia o governo e que

votou contra projeto popular que pretendia impedir a venda da Copel. Na opinião do senador, esse tipo de favorecimento configura crime contra a Constituição federal e contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. "Todos os cidadãos paranaenses pagam impostos igualmente e merecem igual tratamento por parte do governo. O Tribunal de Contas e o Ministério Público do estado devem estar atentos".

O senador voltou a registrar sua contrariedade em relação à privatização da Copel. Para Osmar Dias, é um equívoco vender a companhia em um momento de crise internacional. Das 11 empresas interessadas na compra da Copel, seis desistiram nos últimos dias, o que fez as ações da empresa baixarem 4,16% só na última quarta-feira, informou.

## Mauro destaca eleição nos diretórios do PMDB goiano

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) informou que o PMDB escolherá neste domingo os novos membros dos diretórios municipais do partido nos 246 municípios goianos. Ele qualificou esse momento de "histórico" e registrou que os candidatos da legenda estão figurando entre os líderes de intenção de votos em Goiás.

Segundo o senador, o PMDB no estado está na oposição desde 1998, após uma "inesperada derrota". Essa situação poderá mudar, já que, segundo recente pesquisa *Serpes/O Popular*, citada por Mauro Miranda, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) é apontado como o preferido para o cargo de governador. A mesma pesquisa situa o senador Iris Rezende (PMDB-GO) como o primeiro na escolha dos eleitores para o Senado. A candidatura dele, Mauro Miranda, à reeleição também é bem vista pelos eleitores, disse.

— Não se trata de clima de "já



Mauro Miranda: "Momento é de euforia pelas notícias que nos chegam de todo o estado"

ganhou", mas o momento é de euforia pelas notícias que nos chegam de todas as regiões do estado — afirmou.

Mauro Miranda enalteceu o momento cívico e democrático de renovação dos diretórios municipais do PMDB. O senador exaltou o entusiasmo da militância que, por algum tempo, ficou apreensiva e amargurada, mas "agora demonstra a força que tem".

## Ademir: governador do Pará é omissos na luta por recursos

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) defendeu maior participação do governador do Pará, Almir Gabriel, na luta pela aprovação de recursos para o estado junto à Comissão Mista de Orçamento. Segundo ele, caberia a Almir Gabriel, a exemplo de outros governadores, se reunir com a bancada federal e discutir a realidade do estado para, juntos, buscarem recursos para as obras consideradas vitais.

— A bancada federal do Pará, formada por dois senadores e 17 deputados, está sozinha, já que o governador se ausenta de todo o processo junto à Comissão de Orçamento — disse.

Ademir Andrade afirmou que, mesmo assim, os parlamentares vêm obtendo sucesso na aprovação de emendas junto à CMO, em benefício do estado. Mas alertou

que a bancada somente conseguiu liberar até o momento 12,2% do total de recursos previstos para o estado no orçamento deste ano.

Ademir Andrade também condenou a utilização política de recursos públicos federais por parte do governador do Pará, que segundo o senador vem beneficiando prefeitos ligados à base de sustentação do governo estadual. O parlamentar pelo Pará informou que prefeituras que estão nas mãos da oposição ficam de fora da distribuição do dinheiro, "mesmo se tratando de obras sociais, como o Projeto Alvorada".

O senador criticou ainda os "ínfimos recursos" destinados a obras consideradas de fundamental importância para o estado, incluídos na proposta orçamentária do Executivo para 2002. Exemplo: enquanto a obra da rodovia

# Quebrado sigilo de vice da Federação Paulista

Na reunião de ontem CPI aprovou outro requerimento, convocando o presidente da entidade, Eduardo José Farah

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no futebol brasileiro aprovou



ontem requerimento do relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), pedindo a quebra de sigilo bancário e fiscal de Pedro Yves Simão, vice-presidente da Federação Paulista de Futebol. Também foi acolhido outro requerimento do

relator, convocando para prestar depoimento o presidente da entidade, Eduardo José Farah.

Com a quebra do sigilo de Pedro Yves Simão, Althoff quer averiguar se houve desvio de recursos da federação para as contas pessoais do dirigente. A CPI apurou que, entre setembro e outubro de 1997, foram para conta de Pedro Simão

cheques da entidade que deveriam ter sido depositados na conta do Esporte Clube São José. À época, ele presidia o clube paulista.

O relator da CPI pediu novo comparecimento de Farah por considerar que há contradições entre o seu último depoimento à CPI e as recentes declarações que tem feito à imprensa. Segundo matéria publicada pelo jornal *Lance*, ele não recebeu remuneração da federação, exatamente o oposto do que afirmou na CPI.

Althoff disse ser necessário esclarecer os indícios de que Farah recebeu recursos oriundos da instituição que não foram declarados ao Imposto de Renda. O relator acrescentou que o presidente da Federação Paulista ainda não encaminhou à comissão os documentos que havia se comprometido a enviar.



Geraldo Althoff (E) é relator da CPI, que tem como presidente Álvaro Dias

## Piva defende incentivo ao esporte amador

O senador Pedro Piva (PSDB-SP) lamentou a falta de reconhecimento público e oficial ao esporte amador brasileiro e defendeu o incentivo à construção de quadras esportivas e a concessão de bolsas de estudos associadas à prática de esporte. Ele lembrou ser autor de projeto de lei sancionado pelo presidente da República que destina percentuais dos concursos de prognósticos e das loterias para o desenvolvimento dos esportes olímpico e paraolímpico. E explicou que tomou a iniciativa diante do fracasso da equipe brasileira em Sydney.

A lei originada do projeto de sua autoria, recordou o senador, des-

tina 2% da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares, cuja realização estiver sujeita a autorização federal, aos comitês de incentivo ao esporte nacional, sendo 85% para o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e 15% para o Comitê Paraolímpico. Desse total, 10% deverão ser investidos em desporto escolar e 5% em desporto universitário.

— Neste país de grande extensão, com notável diversidade cultural e étnica, temos atletas das mais diversas modalidades que precisam de um incentivo para seus treinamentos. Graças aos novos recursos, seremos capazes de realizar

um trabalho integrado, beneficiando novos atletas, aprimorando profissionais de educação física e levando-os a concretizar o seu sonho de bem representar seu país — afirmou Piva.

O senador também destacou o alcance social da lei, que contribui para programas específicos infanto-juvenis, conduzidos em parceria com escolas e secretarias estaduais e municipais. Ele lembrou que crianças carentes poderão encontrar uma ocupação saudável para seu tempo livre, ressaltando que medidas como essa ajudam a equacionar problemas graves da delinquência e da criminalidade infantil.



Heloísa Helena apresentou relatório, apontando quebra de decoro, que deve ser votado na quinta-feira por causa do pedido de vista

## Heloísa propõe abertura de processo contra Luiz Otávio

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) apresentou ontem ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar relatório em que propõe a abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra o senador Luiz Otávio (PPB-PA). A votação da matéria deve ocorrer na próxima quinta-feira porque foi concedido um prazo de quatro dias úteis para que o senador Jefferson Péres (PDT-AM) analise melhor o assunto.

Ao justificar seu voto pela abertura de processo, Heloísa Helena apontou dois motivos: o primeiro é o de que, em sua opinião, Luiz Otávio cometeu delito penal contra instituição financeira oficial e, segundo, tentou obstruir as investigações do Conselho de Ética sobre o caso.

A denúncia contra o senador é baseada em matéria publicada na revista *IstoÉ*, em 16 de fevereiro do ano passado, intitulada *O incrível golpe das balsas do senador do Pará*. O denunciante, Abílio Teixeira Filho, alegou que o senador teria negociado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) um contrato para a construção de 13 balsas, com a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O fato de o suposto crime ter sido cometido antes do mandato do senador não impede, na opinião de Heloísa Helena, que ele seja processado por quebra de decoro parlamentar. Em defesa dessa tese, a senadora apresentou parecer emitido por Jefferson Péres em representação contra o então senador Ernandes Amorim, depois ratificada pelo Supremo Tribunal Federal, que também trata de delito praticado antes da eleição para o Senado.

A obstrução das investigações teria ocorrido, segundo a senadora, quando Luiz Otávio negou ter conhecimento da fraude e de suas consequências. Para Heloísa, o senador mentiu ao Conselho de Ética.

Luiz Otávio não compareceu à reunião do Conselho de Ética, mas em entrevista à Rádio Senado afirmou que nunca se beneficiou com o dinheiro do BNDES e negou que tenha interferido nos trabalhos da relatora.

— Eu continuo a morar no mesmo lugar que eu morava antes de entrar na vida pública, antes inclusive de 92, eu não tenho nenhum patrimônio a não ser minha família e meus amigos — disse.

Para Heloísa Helena, entretanto, é inquestionável que houve fraude e prejuízos para o BNDES.

## Biblioteca realiza exposição sobre a fome

A Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal, está promovendo a exposição *Comida, um Direito Humano Fundamental*, com exibição de cartazes, fotos e livros sobre o tema. O objetivo da exposição, de acordo com Maurício Silva, diretor-administrativo da TV Senado e um dos organizadores do evento, é fazer com que os visi-

tantes reflitam sobre a fome, um problema que aflige populações em várias partes do mundo, inclusive no Brasil.

A exposição foi inaugurada no dia 16, Dia Mundial da Alimentação, e reserva um lugar de destaque para personalidades que se destacaram na luta contra a fome no país. O sociólogo mineiro Herbert de Souza, o Betinho, é um

deles. Vários livros expostos descrevem a trajetória do ex-seminarista, falecido em 1997, que ficou conhecido por liderar campanhas contra a fome e a miséria no Brasil.

Com mais de 500 títulos sobre o tema, a biblioteca deu um enfoque maior para as obras de Josué de Castro. Autor do livro *Geografia da Fome*, Josué é um dos mais importantes estudiosos do assun-

to no Brasil.

Também integram a exposição livros com fotos de Sebastião Salgado. No trabalho do fotógrafo, conhecido internacionalmente, a desigualdade social é retratada em preto e branco e a fome é vista de maneira crua e impactante.

A Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho está localizada no Anexo 2 do Senado Federal.



# Rocha assinala Dia do Médico e lamenta situação da saúde

Senador aponta problemas enfrentados pelos profissionais e alerta que área econômica do governo quer “abocanhar R\$ 1,2 bi” do setor

Em nome do Bloco Oposição, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) saudou os médicos por seu dia, comemorado ontem. Citando o médico Henrique Walter Pinotti, o senador disse que há um abismo entre o conhecimento médico no Brasil e as condições adequadas para que o profissional possa aplicar esses conhecimentos, principalmente no setor público, e lamentou que essa situação se mantenha.

Sebastião Rocha louvou os esforços do ministro da Saúde, José Serra, na busca de mais recursos para o setor, e sua luta contra lobbies e cartéis, e criticou a área econômica do governo que, segundo disse, “está querendo abocanhar R\$ 1,2 bilhão do orçamento da saúde”.

O senador afirmou que os médicos do setor público, principalmente no interior, não têm as mínimas condições para atender bem aos seus pacientes. Acrescentou que os médicos, assim como todo o funcionalismo, estão com seus salários congelados desde 1994 e têm agora uma proposta de reajuste, por parte do governo, de apenas 3,5%, o que vem provocando decepção entre os profissionais.

Também os médicos do setor privado passam por dificuldades, frisou Sebastião Rocha, lembrando que não são remunerados de forma adequada pelos seguros e planos de saúde.

— Neste que deveria ser um momento de festa, de confraterniza-



Sebastião Rocha saudou os médicos em nome do Bloco Oposição

ção e de congratulação, lamentavelmente temos muito pouco a comemorar na saúde brasileira — disse o senador.

## Mozarildo quer interiorização do atendimento

Ao registrar a passagem do Dia do Médico, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) rendeu homenagem aos colegas de profissão, mas não deixou de expressar, em Plenário, sua “inquietude” com a precariedade do atendimento médico em áreas distantes do Brasil. Embora reúnam mais de 50% dos estados brasileiros e abriguem um terço da população, as regiões Norte e Nordeste só contam, segundo Mozarildo, com 17% da força de trabalho dos profissionais de saúde do país.

Das 92 escolas médicas em funcionamento no Brasil, 50 localizam-se na Região Sudeste, 19 no Sul, 14 no Nordeste, cinco no Centro-Oeste e quatro no Norte. Apesar de as universidades brasileiras formarem mais de sete mil médicos por ano, a carência desses profissionais na Região Norte, por exemplo, é tamanha que, segundo Mozarildo, tem motivado a imigração de médicos de países vizinhos, como Cuba, Peru e Colômbia.



Mozarildo homenageou os colegas de profissão, mas lembrou as dificuldades em regiões distantes

“Verifica-se que as escolas médicas estão concentradas nos grandes centros urbanos das regiões Sul e Sudeste”, observou. O distanciamento desses profissionais dos municípios mais desprovidos também foi atribuído por Mozarildo ao interesse cada vez maior pela especialização, impulsionado pelos avanços tecnológicos na área de saúde. O senador pefelista lamentou que essa tendência estimule a medicina curati-

va em detrimento da preventiva.

Mozarildo destacou o esforço do governo federal em reorganizar a atenção básica à saúde no país, a partir da criação do Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde. Concebido para atender às populações de municípios com precários serviços médico-sanitários, o programa tinha o objetivo de lotar, em sua primeira fase, pelo menos um médico e um enfermeiro em 300 municípios. O governo não conseguiu alcançar a meta, entretanto, em cerca de 15% deles.

“Mesmo com os percalços registrados, trata-se de iniciativa que deve ser mantida e incentivada”, defendeu. Na condição de médico atuante e de professor da Universidade Federal de Roraima, Mozarildo reconheceu a “folha extraordinária” de serviços prestados pela classe médica, mas cobrou mais esforços para que se possa avançar na universalização do atendimento no país.

## Tebet endossa homenagens prestadas aos profissionais

O presidente do Senado, Ramez Tebet, solidarizou-se com as homenagens prestadas pelos senadores durante a sessão da manhã de ontem, assinalando a passagem do Dia do Médico e salientando os valorosos serviços prestados por esses profissionais à Humanidade.



Ramez Tebet lembra os serviços prestados pelos médicos a toda a humanidade

## Jucá destaca tenacidade no cumprimento de papel social

O Dia dos Médicos, comemorado ontem, foi lembrado em Plenário pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR). Ele homenageou toda a classe e disse que os profissionais da medicina vêm desempenhando com tenacidade o seu papel social, principalmente nas regiões mais carentes do país.

O senador por Roraima destacou especialmente o programa Médico de Família, lançado pelo governo federal. Ele observou que o programa vem obtendo sucesso em todo o país.



Jucá diz que programa Médico de Família vem obtendo sucesso em todo o país

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h — Saúde/Unip — Diabetes — Parte 2  
6h30 — Entrevista Especial — O sen. Tião Viana e o presidente da Sociedade Brasileira de Bioética falam sobre os limites éticos da genética  
7h30 — Entrevista — Dom Mauro Moreli fala sobre o combate à fome  
8h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado  
8h30 — Saúde/Unip — Todo poder às mulheres  
9h — Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após — Comissão mista que analisa a MP Financeira  
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)  
18h — Quem Tem Medo da Música Clássica? — Coros  
19h — Entrevista Especial — Bhiksuni Zamba Chozom — Monja budista  
19h30 — Cidadania — O sen. Lauro Campos e o economista Carlos Alberto Ferreira Lima falam sobre economia política  
20h30 — Entrevista — Dom Mauro Moreli  
21h — Jornal do Senado

21h30 — Teatro Arthur Azevedo — O Casamento da Dona Baratinha e A Cigarra e a Formiga  
23h — Especial — O País de São Saruê  
24h30 — Fala Cidadão — A conexão do Senado com a sociedade

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

7h — Música, informação e serviços  
7h30 — Senado Notícias em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste  
8h — Senado Primeira Hora — As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
13h30 — Doce Melodia — O melhor da música instrumental brasileira  
14h15 — Senado Notícias — Edição da tarde  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reapresentação)  
19h30 — A Voz do Brasil  
20h — Música, informação e serviços  
20h30 — Doce Melodia — O melhor da música instrumental brasileira (reapresentação)  
22h — Senado Notícias — Edição da noite  
23h — Música do Brasil

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal  
DirecTV: canal 163  
Sky Net: canal 30  
Tecsat: canal 17  
Internet: www.senado.gov.br  
Antena Parabólica - Sistema Digital:  
• Satélite - B1  
• Transponder - 1 BE (Banda Estendida)  
• Polarização: Vertical  
• Frequência: 3.644,4 Mhz  
• Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz  
• Antena - 3,6 m LNB  
• Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB  
• Symbol 3,2143MS-S  
• FEC: 3/4  
• Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

• Satélite - B1  
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)  
• Polarização - Horizontal  
• Frequência - 4.130 MHz

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:  
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C  
• Receptor ABR 200, ComStream  
• LBN DRO ComStream  
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz  
• Satélite: Brasilsat B2  
• Polarização: Vertical (RX)  
• Modo: Joint-Stereo  
• Taxa: 128 Kbps-BPSK  
• Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

## Cândido apóia reivindicações de servidores das Forças Armadas

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) apoiou ontem as reivindicações dos servidores civis das Forças Armadas e informou que esses traba-



Geraldo Cândido vê riscos na terceirização

lhadores — que somam mais de 98 mil em todo o país — querem ser incluídos nos planos de cargos e salários de suas instituições — Exército, Marinha e Aeronáutica. Ele repudiou as retaliações impostas a alguns desses funcionários pela direção do Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro.

Cândido afirmou que os civis que trabalham nas três Forças vivem na

penúria em consequência das imposições da política econômica do Fundo Monetário Internacional, acatadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo o senador, a injustiça enfrentada pelos servidores civis traz prejuízos incalculáveis a profissionais altamente qualificados. Além disso, afirmou, as Forças Armadas lançam mão cada vez mais de serviços terceirizados.

— Isso abre precedente perigoso em uma área estratégica. É um assunto de interesse de toda a sociedade — disse.

Para exemplificar esse perigo, o parlamentar citou o Arsenal da Marinha no Rio, que está construindo um submarino nuclear e conta com mão-de-obra terceirizada.

## Marluce registra aniversário de municípios em Roraima

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) parabenizou ontem as comunidades dos municípios de Cantar, Caroebe, Amajari, Pacaraima, Uiramutã e Rorainópolis pelos cinco anos de emancipação dessas localidades. Ela ressaltou



Marluce Pinto elogia coragem da população

a “coragem e altivez” da população ao aprovar, em plebiscito, o desmembramento dessas áreas de Roraima, que não têm arrecadação própria e subsistem à custa de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e de emendas ao Orçamento da União.

“Apesar dos entraves decorrentes de dificuldades financeiras e fundiárias, os prefeitos desses municípios têm feito uma administração competente”, afirmou. Além do apoio da comunidade, Marluce destacou a importância do trabalho dos parlamentares de Roraima no Congresso Nacional

para viabilizar o desenvolvimento do estado. Dentre as emendas aprovadas para o Orçamento de 2002, ela destacou a que destina recursos para a ampliação do campus da Universidade Federal de Roraima.

Marluce também pediu ao presidente do Senado, Ramez Tebet, que interceda junto à Presidência da República para agilizar a sanção a projeto que repassa terras da União, em Roraima, para o controle do estado. Segundo a senadora, que é autora do projeto, 43% das terras roraimenses já foram demarcadas; ela acredita que a entrada em vigor da medida vai estimular fazendeiros e agricultores a investir na região.

Quanto à demarcação de terras indígenas, a senadora disse que não é contrária à iniciativa, mas observou que é preciso fazê-la com “justiça” e de modo a harmonizar os interesses da população local. A expectativa de Marluce Pinto é que a integração da comunidade ajude a equilibrar a situação econômica de Roraima.

## Senador saúda 18 anos de fundação da “Folha de Boa Vista”

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) homenageou em Plenário, ontem, o jornal *Folha de Boa Vista*, que completará 18 anos de fundação no próximo dia 21. Segundo informou o senador, trata-se do jornal mais antigo e de maior circulação de Roraima.

Admitindo divergir, às vezes, da linha editorial da publicação, Mozarildo Cavalcanti disse considerar que “a liberdade de imprensa é mais importante do que a opinião dos donos do jornal”.

# Valadares critica falta de diálogo para encerrar greve

Senador discorda da afirmação de que o movimento seria político e sugere que o Ministério Público acione o governo para buscar uma solução



Valadares: professores universitários são mal remunerados

Já é chegada a hora de o Ministério Público Federal acionar o governo no sentido de que este adote imediatas providências para pôr fim à greve dos professores universitários, que se prolonga há mais de dois meses, sugeriu ontem o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Valadares estranhou que o presidente Fernando Henrique Cardoso, que é professor universitário, não esteja sensível “às justas rei-

vindicações” da categoria, entre as quais aumento salarial, melhor qualidade de ensino e maior incentivo à área de pesquisa.

— Será que o prolongamento da greve não esconde a intenção do governo de enfraquecer as universidades para ter em mão justifi-

cativas para a privatização do ensino superior no país? — indagou Valadares, que protestou contra a ausência de diálogo entre o Ministério da Educação e as lideranças

universitárias e de servidores.

Depois de classificar de injustas as afirmações do presidente Fernando Henrique de que a greve é política, Valadares informou que o movimento atinge 38 das 39 universidades públicas existentes no país. Segundo ele, há sinais de que professores do 2º grau das escolas públicas poderiam entrar em greve em apoio aos professores universitários. “Isso é grave”, alertou.

Valadares acrescentou que os professores universitários são mal remunerados e que, a exemplo dos demais servidores públicos, não recebem reajuste salarial há sete anos.

## Álvaro denuncia crise nas universidades do Paraná

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) alertou ontem para “a situação dramática” em que se encontram as universidades públicas estaduais do Paraná. Ele responsabilizou o atual governo por estar agindo “de forma irresponsável, criando cursos sem critério e ampliando a rede pública de ensino superior sem garantir os recursos para sua manutenção”.

Álvaro afirmou que o procedimento do governo paranaense “não é sério nem responsável”. Segundo ele, a Lei de Responsabilidade Fiscal — que estabeleceu o princípio de que não se pode criar despesa sem a necessária garantia de receita — “está sendo, de modo cabal, ignorada pelo atual governo do Paraná”.

O senador previu que a crise irá se aprofundar ainda mais nos próximos anos. Ele afirmou que agora, no final do mandato, o governo paranaense “assume compromissos que outros governos deverão hon-

rar, criando até novas universidades”.

Álvaro Dias situou as dificuldades enfrentadas pelas universidades estaduais do Paraná como parte de uma crise maior, vivida pela universidade pública brasileira, que está sofrendo “um processo de desmanche, que vem de tempos”, e que se aprofunda de forma crucial.

— A situação piora diante da insensibilidade do governo e da ausência de habilidade do ministro da Educação para o trato dessa questão. O ministro se recusa a receber não só lideranças do magistério, mas também senadores da República — disse.

O parlamentar observou que os professores têm direitos adquiridos que não podem ser ignorados, mas ressaltou estar preocupado com a



Álvaro responsabiliza governo estadual pela “situação dramática”

continuidade do impasse, que pode levar os estudantes a perderem o período letivo.

Álvaro Dias deu especial destaque à situação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), da qual recebeu um dossiê relatando os problemas enfrentados. Ele lembrou que

essa universidade foi implantada durante seu governo, quando o Paraná pagava aos professores “um salário duas vezes maior do que em São Paulo, quatro vezes maior do que o salário no Rio de Janeiro e infinitamente maior do que em praticamente todos os estados”. O senador leu trecho do dossiê, que, segundo ele, “retrata um problema não só dessa universidade, mas também das de Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Guarapuava”.

## Mozarildo condena disputa desleal no ensino superior

Com base em matéria do jornal *Folha de S. Paulo*, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) denunciou a disputa desleal entre universidades particulares por alunos de instituições concorrentes. Para ele, tão danoso quanto o fato de as instituições terem deixado de lado aspectos éticos e apelado para o uso de grampos e *dumping*, é a atitude de técnicos do Ministério da Educação (MEC), para os quais tudo não passa de uma “guerra de mercado”.

O senador adverte para o fato de várias instituições — segundo o jornal — estarem oferecendo cursos

com mensalidades muito abaixo do preço de custo do mesmo curso em universidades concorrentes. O objetivo dessa prática (*dumping*), explicou, é atrair alunos que se matriculam em instituições desprovidas de um corpo docente qualificado e sem instalações adequadas.

Segundo o senador, muitas instituições recorrem a aliciadores para convencer os estudantes a se transferirem para elas. Uma universidade de que estaria sendo vítima de aliciadores utilizou grampos telefônicos para descobrir essa negociação, uma atitude escandalosa, na avalia-

ção do senador.

Mozarildo disse que há provas de que instituições fazem uso de chantagem e de tráfico de influência junto a instâncias decisórias do poder público. A finalidade é obterem vantagens ou prejudicarem as concorrentes. Ele lembrou que defende a presença da iniciativa privada na área de educação superior, por confiar no relevante papel social que essas instituições podem desempenhar. “Todavia, nada justifica a omissão do poder público na fiscalização, orientação, coordenação e supervisão do sistema”, afirmou.

# Ministro anuncia campanha contra o protecionismo de países ricos

Segundo Sérgio Amaral, da pasta do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que participou ontem de audiência pública, o movimento será internacional e liderado pelo Brasil

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, anunciou ontem, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que o Brasil está preparando-se para liderar um movimento internacional contra o protecionismo praticado pelos países ricos. Segundo o ministro, esse será o item número um da estratégia concebida pelo governo para estimular as exportações do país e "conquistar elevados superávits comerciais".

Outros pontos principais da nova política brasileira de comércio exterior, segundo Sérgio Amaral, consistem na busca de redução dos custos internos, incluindo-se aí os custos tributários. Será também lançada uma política industrial ativa, que visará ao desenvolvimento de setores especí-



Sérgio Amaral (E) disse que o governo quer estimular as exportações e "conquistar elevados superávits comerciais"

ficos que possam agregar mais tecnologia às suas exportações. E, finalmente, o governo vai desenvolver uma política comercial mais agressiva, criando plataformas de apoio para os empresários nas embaixadas do Brasil.

Sérgio Amaral não demonstrou

qualquer entusiasmo por ações alternativas para o aumento das exportações, como a criação de zonas de processamento de exportações (ZPEs), aeroportos alfandegários e portos secos (áreas selecionadas para se fazer todo o desembarque portuário de mer-

cadórias, distante dos portos de embarque). Para o ministro, todas essas idéias são lançadas para, na verdade, se tentar fugir do problema principal, que é a "legislação imprópria ao estímulo das exportações", como é o caso da brasileira, disse.

## Suassuna quer transformar porta-aviões em "shopping" internacional

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu ontem apoio do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, a proposta de sua autoria, já encaminhada ao governo, que transforma o porta-aviões Minas Gerais em *shopping center* flutuante. O porta-aviões, explicou, percorreria mercados internacionais para mostrar ao mundo o melhor dos produtos brasileiros. A idéia, segundo o senador, "daria um grande impulso às exportações do país", pois seriam fechados negócios por onde o *shopping* flutuante passasse. Sérgio Amaral prometeu analisar a sugestão.

Segundo o ministro, é urgente para o Brasil elevar o saldo da sua balança comercial, já que "o país não pode mais manter os atuais níveis de déficit em transações correntes" (o principal item do balanço de pagamentos). Este ano, o déficit deve chegar a US\$ 26 bilhões.

Suassuna sugeriu também que o governo dê mais atenção ao artesanato, por ser "um setor capaz de dar grande contribuição às exportações e à redução dos níveis de pobreza". O ministro gostou da

idéia, e disse que já há algumas iniciativas adotadas pelo governo, como a criação do Museu do Artesanato, que funcionará também como escola.

Ao dialogar com o ministro, durante a audiência pública destinada a explicar a política oficial de apoio às exportações, convocada por iniciativa de Suassuna, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) quis saber, especialmente, sobre o agravamento da pobreza nos países periféricos,

provocado pela "prática dos subsídios e do protecionismo nos países ricos".

Para Sérgio Amaral, o setor exportador pode dar grande contribuição à geração de empregos e à redução da pobreza. O ministro disse que o Brasil perdeu, em 2000, cerca de US\$ 6 bilhões por causa da queda de cotações das *commodities* (produtos agrícolas), causada pela protecionismo dos países ricos.

O senador Lúdio Coelho (PSDB-

MS) mostrou-se preocupado com as carências da infra-estrutura geral para as exportações, notadamente nos portos e nas estradas. Segundo Amaral, "o governo está atento ao problema". O ministro prometeu aos senadores Carlos Patrocínio (PTB-TO) e Ney Suassuna analisar a questão das ZPEs (zonas de processamento de exportações) do Tocantins e da Paraíba, que estão prontas, faltando somente que o governo as coloque em operação.

## SÉRGIO AMARAL É RECEBIDO POR TEBET ANTES DA AUDIÊNCIA

O presidente do Senado, Ramez Tebet, conversou na manhã de ontem com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, que, após o encontro, participou de audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre a política brasileira de incentivo às exportações.

Tebet recebeu também, em seu gabinete, a visita do diretor da Fundação Assis Chateaubriand no Distrito Federal, o jornalista Márcio Cotrim.



## Jucá elogia ações do Banco do Nordeste

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou os programas de capacitação profissional desenvolvidos pelo Banco do Nordeste com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentado daquela região. O senador informou que, em 2000, a instituição financeira ofereceu formação técnica e gerencial a mais de 600 mil pessoas.

Entre os programas promovidos pelo Banco do Nordeste, Jucá destacou dois que foram desenvolvidos no estado do Piauí. O primeiro capacitou profissionais para exploração da piscicultura. Outro difundiu técnicas sobre criação de tambaquis e tilápias.

O senador destacou também os projetos que oferecem crédito a pequenos empreendedores que não possuem bens para apresentar como garantia e que, portanto, nunca obteriam empréstimos em outros bancos. Ele citou como exemplo o Crediartesão, o Programa Jovem Empreendedor, o Fundo de Aval, o Conservação Ambiental e o CrediAmigo.

O Banco do Nordeste, destacou o senador, vem atuando ainda no setor de turismo, desenvolvendo, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o programa Prodetur Nordeste I, que prevê investimentos de US\$ 670 milhões no setor.

Jucá elogiou a abrangência das atividades de qualificação profissional desenvolvidas pelo Banco do Nordeste, ressaltando que, além dos dois mil municípios onde atua, o banco disponibiliza agências itinerantes nos locais em que não há agências.

O senador considera importantes os projetos de irrigação, de açudagem e de perenização de rios para minimizar os problemas causados pela seca no Nordeste. E enfatizou que programas educativos e de qualificação profissional devem ser estimulados pelo governo para que as atividades produtivas e industriais cresçam na região.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares e Mozarildo Cavalcanti